



**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Especialização em Política e Planejamento Urbano**

Tainá de Paula Alvarenga

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E OS SEUS IMPACTOS
SOCIAIS NA VIDA DOS NOVOS E ANTIGOS MORADORES DE UM
BAIRRO PERIFÉRICO**

**Rio de Janeiro
2018**

TAINÁ DE PAULA ALVARENGA

**O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E OS SEUS IMPACTOS SOCIAIS NA
VIDA DOS NOVOS E ANTIGOS MORADORES DE UM BAIRRO PERIFÉRICO**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Adauto Lucio Cardoso

Rio de Janeiro

2018

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA E OS SEUS IMPACTOS SOCIAIS NA VIDA DOS NOVOS E ANTIGOS MORADORES DE UM BAIRRO PERIFÉRICO.

Tainá de Paula Alvarenga¹

Resumo

Através do presente trabalho, pretende-se trazer à luz os impactos sociopolíticos e territoriais que têm marcado o bairro de Santa Cruz no Rio de Janeiro e impactado diretamente a vida dos novos e antigos moradores, desde a chegada dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida. Após cinco anos da entrega das chaves do primeiro empreendimento no bairro, retomam-se as observações empíricas e o contato com alguns moradores realizados em pesquisa anterior. Verificou-se que os moradores enfrentam diversas questões que vão desde a dificuldade material de se viver nos condomínios e no novo bairro, como a falta de serviços e equipamentos públicos que garantam, com efetividade, a sua reprodução social, como também até o processo de criação/ reprodução de estigmas dos moradores mais antigos para com os novos. Dessa forma, a partir de bibliografias consagradas sobre a política habitacional supracitada, observações empíricas e entrevistas com alguns moradores é possível ter a dimensão dos caminhos que ainda precisam ser enfrentados para o enfrentamento das desigualdades intraurbanas, tão pertinentes à discussão do Planejamento urbano e regional.

Palavras Chaves: Santa Cruz, Programa Minha Casa Minha Vida, novos moradores, antigos moradores, estigma.

Abstract

The present work intends to bring to light the socio-political and territorial impacts that have marked the neighborhood of Santa Cruz in Rio de Janeiro and directly impacted the lives of new and old residents since the arrival of the projects of the Minha Casa Minha Vida Program. After five years of the delivery of the keys to the first venture in the neighborhood, the empirical observations and contact with some residents, these, face several issues that range from the difficulty of staying in condominiums and the new neighborhood, lack of services and equipment effectively guaranteeing their social reproduction to the process of creating / reproducing the stigmas of the older residents towards the new ones. Thus, based on consecrated bibliographies on the abovementioned housing policy, empirical observations and interviews with some residents, it is possible to have the dimension of the paths that still need to be addressed in order to deal with intra-urban inequalities, so relevant to the discussion of urban and regional planning.

Key Words: Santa Cruz, My Home My Life Program, new residents, former residents, stigma

¹ Assistente Social formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha na Coordenação de Habitação social do Município de Nova Iguaçu. Estudante do curso de Especialização de Política Pública e Planejamento Urbano- turma 2017 do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional- Artigo de Trabalho de Conclusão de Curso como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Política Pública e Planejamento Urbano.

Introdução

O bairro de Santa Cruz, localizado no extremo oeste da cidade, a 60 km de distância da região central da cidade do Rio de Janeiro, vem sendo transformado, nos últimos anos, a partir das intervenções que vem ocorrendo na cidade, principalmente a partir do lançamento da primeira fase do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)² em 2009. O município do Rio de Janeiro um dos primeiros entes federados a aderir ao programa, sendo tal adesão impulsionada pelas transformações no espaço urbano em prol dos mega eventos.

Nessa primeira fase do PMCMV, a prioridade era a faixa de renda 1 (pessoas que recebem de 0 a 3 salários mínimos) e os locais escolhidos para receber os empreendimentos estão, em sua maioria, localizadas em áreas periféricas, no caso do Rio de Janeiro o bairro de Santa Cruz, pertencente a área de planejamento 5. Trata-se de um local que tem um dos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixos da cidade e foi a região escolhida para receber os condomínios populares. Nesse sentido, o bairro de Santa Cruz e seus novos e antigos moradores, vão sendo impactados pelas mudanças bruscas na vida cotidiana como também nas transformações na própria localidade. Dentro de Santa Cruz, a região da Estrada dos Palmares recebeu uma grande quantidade de empreendimentos do PMCMV, sendo caracterizada por um crescimento desordenado e pela presença precária de infraestrutura urbana e de serviços, não tendo ali ocorrido às mudanças que marcaram a revitalização da cidade no circuito centro e zona sul.

Diante da constatação de mudanças que atravessam a política habitacional e impactaram diretamente a vida dos cidadãos e seu viver na cidade e, mais precisamente, em sua localidade, o presente artigo visa, a partir das observações empíricas, entrevistas com os novos e antigos moradores e embasamento teórico crítico da bibliografia referenciada sobre a temática:

- 1) Situar o bairro de Santa Cruz, mais precisamente a Estrada dos Palmares no contexto do PMCMV, com o intuito de pontuar, a partir da bibliografia referenciada, os resultados quantitativos sobre a situação dos condomínios, a situação do bairro e as transformações ocorridas, tendo como fonte de informações a avaliação do Programa feita por Cardoso e Lago (2015)
- 2) Retomar o debate sobre a chegada dos novos moradores³ no contexto do programa habitacional, pontuar as mudanças e impactos no cotidiano e na vida

² O Programa Minha Casa Minha Vida está em sua 3ª fase com construções previstas para o presente ano (2018) e com a nova faixa de renda de 1,5 voltada para as famílias que ganham até 2.350,00 reais.

³ A partir das imersões e investigações no bairro de Santa Cruz entre 2011-2014 no âmbito do projeto de pesquisa intitulado Da 'casa-abrigo' à 'casa-bazar' – velhas e novas formas e funções dos espaços de moradia num bairro popular da Cidade do Rio de Janeiro” – CNPQ e FAPERJ, ,

dos mesmos a partir das falas de dois moradores novos e também de uma moradora antiga.

- 3) Apontar as formas de precarização da vida e de reprodução/ produção de estigmas e diferenciação por parte dos antigos moradores do bairro, a partir da análise de Elias e Scotson (2000), entendendo ser esse um dos impactos mais perversos e velados produzidos pelas transformações bruscas no território.

Assim sendo, a partir das observações empíricas, três entrevistas semiestruturadas foram realizadas, com um novo morador, uma síndica e uma antiga moradora⁴ que ocorreram entre novembro e dezembro de 2017 a fim de produzir o presente trabalho, dando uma maior ênfase às questões anteriormente levantadas⁵, teremos um olhar mais amplo e, sobretudo, a realidade dos impactos da política sobre esses moradores – 5 anos após a chegada à localidade supracitada. Diante desse quadro, observam-se não só os impactos da política, que, como bem demonstrado pelas bibliografias de referência, apontam para um aprofundamento das desigualdades intraurbanas, para a segregação sócio espacial, como também para os impactos sobre a vida dos moradores que perpassam as diversas dimensões da vida de forma objetiva e subjetiva, que devem ser levadas em conta pelo Planejamento Urbano e Regional em tempo de descontinuidade de direitos e precarização da vida para os pobres urbanos.

1- O BAIRRO DE SANTA CRUZ NO CONTEXTO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

O bairro de Santa Cruz localiza-se na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, a 60 Km de distância da área central. Segundo o Censo de 2010, o bairro conta com uma população de 217.333 moradores, distribuídos em 76.295 domicílios. O bairro é marcado pela presença de

procuramos compreender o valor atribuído pelos trabalhadores pobres à moradia e, sobretudo, as implicações efetivas derivadas das formas e funções assumidas pela casa. Nesse contexto, a pesquisa quando se inseriu no bairro, nas proximidades da Estrada dos Palmares, acompanhou também, a chegada dos recém – chegados à localidade pelo PMCMV. O que resultou no trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulado A Relação entre os novos e antigos moradores num sub- bairro periférico: notas sobre política habitacional, segregação e preconceitos. Que me vale de embasamento teórico crítico quando falo dos cidadãos e também me proporcionou a entrada , 3 anos depois, na localidade e contato com um dos entrevistados.

⁴ Com o intuito preservar a identidade dos entrevistados utilizarei no trabalho letras no lugar dos nomes e também não citarei o condomínio no qual os entrevistados fazem parte.

⁵ As questões levantadas anteriormente terão referência à pesquisa anteriormente realizada na localidade e ao trabalho de Conclusão de Curso supracitados nesse trabalho.

grandes conjuntos habitacionais, lá construídos entre os primeiros anos da década de 1970 e meados da década de 1990. Existe, ainda, um enorme número de loteamentos irregulares/ informais em áreas favelizadas, sendo que essas últimas apresentaram forte expansão, sobretudo, na última década. Junto a essas áreas que apresentam índices elevados de crescimento, identificam-se também grandes terrenos/ descampados que ainda são encontrados nos sub- bairros com características rurais.

Desde 2012, o bairro vem ampliando seu contingente populacional em decorrência da construção de unidades habitacionais vinculadas ao Programa Minha Casa Minha Vida. A primeira fase do Programa primeira fase foi lançada em 2009 pelo Governo Federal, tendo como objetivo o financiamento de moradias em áreas urbanas para famílias de baixa renda. Na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro ente federado a aderir ao programa, tendo em vista as ações previstas em favor dos mega eventos, a maioria das unidades habitacionais produzidas pelo programa foram destinadas ao reassentamento de famílias removidas em razão das intervenções realizadas na Cidade.

As intervenções urbanísticas, bem como o programa habitacional Minha Casa Minha Vida têm marcado o cenário da cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos, bem como a vida de milhares de pessoas. Ocorrendo, então, a valorização do espaço urbano e a despossessão da população mais pobre, a exemplo do salientado por Harvey (2012). Tal despossessão, se apresenta tanto através do aparato coercitivo/repressivo do Estado – materializado nas remoções que se multiplicam pela cidade, legitimado por meio do recurso a avançados instrumentos da política urbana, em consonância com as orientações dos organismos supranacionais, bem como, os interesses especulativos dos setores econômicos dominantes.

Nesse contexto, situa- se o Programa Minha Casa Minha Vida, que ao contrário da proposta inicial de combater o déficit habitacional, vem reforçando a segregação e a fragmentação do tecido sociopolítico e espacial. Todas essas mudanças têm reflexos importantes no bairro de Santa Cruz, onde a maioria das unidades habitacionais para a faixa de renda 1 ou de reassentamento foram contratadas. Tais unidades foram construídas no bairro, de forma concentrada na Estrada dos Palmares, que recebeu 6 condomínios sendo 3 para sorteio e financiamento e os outros 3 para o processo de reassentamento. A área, que até antes da chegada do programa tinha as feições rurais, ainda hoje é desprovida de infraestrutura básica, como saneamento, serviços de saúde, educação, transporte, lazer, entre outros. Sobre a inserção dos empreendimentos, os autores Cardoso e Lago (2015) afirmam que:

No bojo dessas críticas, e com os primeiros resultados marcando a paisagem das cidades, começa a ficar claro que os novos empreendimentos estavam situados em áreas periféricas, muitas vezes fora da mancha de urbanização ou nas suas margens, e em localizações que apresentavam deficiências na oferta de equipamentos e de serviços urbanos. Colocou-se em evidência, entre outros, o tema dos transportes e da mobilidade, que se acentuava pela localização periférica. Além do problema do acesso aos serviços, a forte dinâmica de construção dos novos empreendimentos em áreas já carentes de serviços e concentrando uma população de baixa renda trazia também, de volta, o debate sobre a segregação: a possibilidade de criação de enormes áreas ocupadas de forma homogênea por uma população com um mesmo perfil social e de renda, tema bastante debatido no cenário internacional (p.30).

Nesse contexto, um sem número de novos moradores chega à referida localidade, advindos dos processos de financiamento ou de reassentamento, em busca do sonho da casa própria, de melhoria na qualidade de vida e de uma ascensão social. Sonhos que parecem não ter hora para acontecer quando observamos os caminhos que a política habitacional tem seguido.

2- A CHEGADA DOS NOVOS MORADORES

Há um ano e meio, as margens da Estrada dos Palmares, na localidade dos Jesuítas, em Santa Cruz, era um descampado com casas espaçadas. Nos últimos meses, no entanto, surgiram ali dezenas de prédios, com 2.718 unidades, que em breve devem receber cerca de dez mil moradores. Esta mudança está sendo operada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), do governo federal, que, em parceria com a prefeitura, pretende entregar cem mil unidades no Rio até 2016.(GLOBO ONLINE de 14/05/2011)

A realidade com que essa população se depara é bem dura: não só a distância em relação às áreas centrais da cidade e da nova moradia, mas outros impactos como a imposição de uma nova forma de morar nos condomínios fechados que impacta - sobretudo os reassentados - diretamente na renda e no seu orçamento mensal com acréscimo significativo das despesas referentes às contas de água, luz, gás, condomínio e sobre os custos de deslocamento para o trabalho. Aumentam as despesas sem que aumentem os salários, que não são modificados, uma vez que, no bairro, o acesso ao mercado de trabalho é bem restrito, mesmo considerando a existência de um grande polo industrial, ao qual os beneficiários do programa, dado baixo nível de escolaridade, não têm acesso. Acrescido a isso, ainda é marcante a presença de um poder local paralelo, que ora é exercido por traficantes, ora por grupos paramilitares como as milícias.

Ao longo da investigação realizada nos condomínios, outra questão muito evocada foi a decepção dos novos moradores com nova moradia, que, em muitos casos, como se percebe empiricamente, tem seus usos alterados permitindo outros tipos de apropriação ou

mesmo rejeição por parte dos novos residentes (HELLICH, 2017, p.37). Os problemas começam pelo baixo padrão construtivo, que coloca os moradores em uma série de restrições e problemas e pela proibição de atividades econômicas, que impacta diretamente no bem estar dessas famílias, que agora se veem confinadas a uma nova forma de morar, como colocado pelos autores:

A referida tipologia também limita as possibilidades de circulação dos moradores (pois na maioria dos condomínios há apenas uma portaria para entrada/saída) e, em alguns casos, acaba aumentando as distâncias a serem percorridas para acessar transporte, comércio e serviços. Cada condomínio foi implantado enquanto uma unidade independente de seu entorno sem que as opções de projeto e desenho adotadas envolvessem qualquer tipo de articulação com as atividades pré-existentes ou mesmo alguma preocupação com as transformações futuras que poderão ocorrer no bairro em função das demandas geradas pelo deslocamento dos novos moradores para os condomínios construídos. (CARDOSO E LAGO, 2015,P.253)

Ainda sobre a nova forma de moradia, retomo, aqui, a fala de um recém- chegado em entrevista feita em 2012 na presente localidade, muito emblemática, que nos faz retomar a importância da casa e das suas modificações para as classes populares. Tal fala nos demonstra a decepção com esse fato:

Minha casa era bem pequena, em frente tinha uma vala que fedia muito, mas quando chegava fim de ano, eu sempre mudava a cor, fazia uma modificaçãozinha, sabe?Mesmo com a vala a gente tentava dar uma cara mais bonita, do nosso gosto. As pessoas da vizinhança faziam isso também, tinha até multirão. Agora não pode mexer em nada, só dar uma pintura do lado de dentro, mas aí ninguém vê, né? Do lado de fora fica tudo meio sem graça, da mesma cor... Olho esses apartamentos e fico até triste, tudo igual, sem graça, sem aquela alegria de cores que tinha fim de ano na favela. Não posso deixar do meu jeitinho, com a minha cara! É como se eles tivessem feito um favor de dar a casa própria pra gente, mas dizendo assim: “eu que dei, eu que escolho tudo... é meu!”. Eu Me sinto meio prisioneiro aqui nesse condomínio! (J. morador reassentado)

Para as classes populares, sobretudo os moradores de favelas, a casa tem outras funções para além da função de “abrigo” – na verdade, muitos deles transformavam a casa em “oficina” ou “bazar”⁶, o que significa dizer que muitos exerciam algum tipo de atividade econômica dentro do domicílio e de uma hora para outra , ao serem transferidos para os condomínios, deparam-se com uma dura realidade: a perda de sua fonte de renda. Pois, “em geral, tais atividades surgem nos “puxadinhos” ou “sobradinhos”, nas garagens, o que

⁶ Categorias utilizadas no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Da Casa Abrigo à Casa Bazar-novas e velhas formas de se morar na periferia” – com financiamento do CNPQ , no qual fui bolsita entre 2011-2014e onde obtive um olhar aprofundado sobre o valor da moradia e os usos que lhe são atribuídos pelas classes populares.

não impede que, em certos casos, também venham a ser desenvolvidas no interior da própria residência” (MAIA, 2013: 264).

Após cinco anos da chegada do senhor J ao condomínio, retomamos a mesma pergunta, se as expectativas quanto a configuração do condomínio e de sua unidade habitacional vem atendendo suas expectativas desde sua chegada:

Para quem não tinha nada, tá servindo... to doente e velho, pra descansar tá bom. Pra mim está bom, ganhei uma casa. Tem dois quartos. Mas a realidade é que não me adaptei a essa vida. Não pude transformar em nada maior. Se você compra um guarda roupa não pode colocar uma cama maior, se coloca um armário de gaveta, não cabe o guarda roupa. Você amanhã pode subir de vida, se reerguer, mas não vai poder mexer em nada. Ou seja, eles colocam a gente aqui já com idéia que vamos continuar sem condições de ampliar a casa, ter um comércio pra ajudar nas contas, eles colocam a gente pra viver aqui do jeito que eles obrigam (senhor J. morador reassentado)

Essa nova moradia, apesar de própria, que é o sonho acalentado por grande parte da população, sobretudo, as classes populares, onde se coloca as expectativas sobre ter um canto para ficar, não gastar com aluguel, repassar aos familiares, ter tranquilidade na velhice, como bem colocado pelo senhor J, também causa insatisfação. Pois, existe a perda de identidade, autenticidade, tão vistas nas ruas de favelas e nos bairros do subúrbio. Não trago aqui uma romantização da vida desses espaços, pois sabemos, também, das dificuldades e condições precárias de moradia nesses espaços, mas não podemos descartar a importância da grande diversidade nas construções e criações, em que a ordem é ir adaptando a moradia ao novo contexto familiar, financeiro e afetivo, ao longo dos ciclos de vida, com significados únicos.

2.1. A PRECARIZAÇÃO DA VIDA

“Tem situação aqui dentro muito precária, de gente sem comida. Sem nada. Tem gente aqui se você sentar para conversar é só história triste, fico lá na frente e parece que sou psicóloga. Tem um rapazinho que a mãe deixou ele aqui e trabalha em casa da família durante a semana na Barra, ai, outro dia ,ele disse que já ia fazer dois dias sem nada para comer” (senhora C, síndica do condomínio)

Percebemos também o aprofundamento de algumas questões que precarizam a vida dos cidadãos e, que, deveriam ser combatida no contexto da política habitacional quando aliada a outras políticas públicas. Referimo-nos à falta de oportunidades que o novo território oferece aos novos moradores, da sua baixa escolarização, da entrada restrita no mercado de trabalho, além de poucos equipamentos públicos que garantam saúde, lazer e educação de qualidade que são tão caras a mudança de vida das classes populares e sua reprodução social.

Muitos moradores, tentando escapar dessa situação, acabam vendendo ou alugando por baixo valor essas habitações. Esse é um movimento que já vem sendo observado desde o início da chegada dos primeiros moradores e que hoje, diante das observações e da retomada no contato com os moradores realizada pela pesquisa, percebe-se a continuidade desse processo, como bem colocado na entrevista com dona D. em 2012 e com o senhor J. em 2017, respectivamente:

Eu venho aqui mensalmente pegar o dinheiro do aluguel, alugo a casa por 350 reais e a pessoa paga as contas e condomínio, assim garanto o pagamento do apartamento que é meu e ainda sobra algum. Não dá para morar aqui, deixar minha vidinha lá na Marcílio (Comunidade no bairro da Penha) para morar aqui, longe de tudo. É impossível, pra mim, viver aqui! Lá eu tenho minhas coisas, a casa não é tão boa, tem esgoto na porta, mas to perto de tudo. (trecho de entrevista feita em 2012)

Muita gente vende de forma ilegal, pois não tem a documentação definitiva, ai vende por baixo preço e voltar a morar na favela, tem gente aqui que voltou a morar em barraco em ocupação. Tem um monte de caso que a gente sabe de gente que fechou o apartamento e nem aluga e nem vende... Sai correndo desse fim de mundo (risos). (senhora C. síndica)

O movimento de retorno para as antigas localidades é impulsionado pela retomada dos laços de solidariedade, suas práticas identitárias e vicinais, mesmo que para isso voltem a morar em casas sem nenhuma infraestrutura voltando a compor o déficit habitacional:-.

Muita gente tem saído, alugado, vendido, por pouco valor, tem gente que nem um ano ficou aqui, não aguentou, Tainá! E é isso que tem acontecido, tem gente que retornou para ocupação, uma conhecida voltou a morar na comunidade da Penha, em barraco, mas lá pode deixar as crianças com alguém, tem mais trabalho, ainda mais gente jovem. Quem tá aqui sobrevive dia após dia. Eu prefiro ficar no meio da nada a voltar pra lá e ouvir barulho de tiro. (Senhor J. novo morador, reassentado em 2012)

Percebem-se, a partir das observações empíricas feitas no bairro, mudanças nas características no bairro e no entorno dos condomínios. Foram construídas duas escolas (ensino fundamental e educação infantil), uma clínica da família que atende uma demanda que antes era toda direcionada ao posto de saúde, o comércio também tem se intensificando no bairro, com o passar dos anos (2012-2017) começaram a chegar atividades que antes inexistiam, como: supermercado em frente um dos condomínios, antes só tinha um grande hipermercado na entrada do sub- bairro e bem distante das unidades habitacionais; pizzarias, lanchonetes. Outra coisa que vem chamando atenção é a presença de uma loja de material de construção que tem feito diversas entregas na localidade. Pois,

com a chegada dos condomínios e serviços comerciais que antes inexistiam, hoje existem construções de casa de alvenaria em terrenos que antes estavam vazios, isso tudo influenciando a dinâmica antiga do bairro, mas também promovendo, mesmo que pontualmente, a abertura de postos de trabalho à população residente:

Olha, o comércio mudou bastante com a chegada dessa gente, pelo menos uma coisa boa veio. Tem mercado, pizzaria, casa de construção. Não é tão barato, mas ajuda a gente, que não precisa gastar passagem para ir sempre ao centro de Santa Cruz. Também tem umas pessoas que já trabalham aí em frente. (senhora C, síndica)

Mesmo assim, alguns avanços na questão da infraestrutura urbana, como asfaltamento, iluminação pública, serviço de saneamento básico ainda não avançaram na região, segundo dados do IBGE de 2010, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) do bairro de Santa Cruz, calculados a partir do número de banheiros da residência, a presença de saneamento básico, renda e educação variam de 0 a 1 e o referido bairro encontra-se entre as quatro piores regiões do bairro com 0,478 enquanto bairros como Lagoa e Copacabana marcam 0,786 de IDS. O Índice de Bem estar- urbano (IBEU) desenvolvido pelo o Observatório das metrópoles⁷, também aponta o caráter segregacionista da política:

Essas insuficiências no acesso às redes de infraestrutura e os resultados ruins apresentados pelos indicadores do IBEU, principalmente nas áreas destinadas às famílias da Faixa 1, mostram que a implementação do PMCMV vem contribuindo para reforçar os processos de segregação socioterritorial que marcam a estruturação da RMRJ. As famílias de baixa renda seguem sendo deslocadas para áreas que já apresentavam previamente uma série de carências a ser resolvida, além de problemas no acesso ao transporte público ou mesmo na oferta de serviços públicos de qualidade conforme será explicitado mais adiante no texto. Cabe ressaltar que o transporte precário também dificulta os deslocamentos intermunicipais e intramunicipais dos moradores, e, conseqüentemente, o acesso aos postos de trabalho, centros de comércio e serviços ou mesmo aos antigos locais de moradia onde grande parte dos moradores ainda mantém vínculos sociais e familiares. Essa questão fica mais evidente no caso dos empreendimentos localizados no limite urbanizado na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. (CARDOSO E LAGO, 2015. P.205)

Por que colocar mais moradores e habitações em áreas sem qualidade de vida e infraestrutura urbana? A resposta aparece no decorrer do tempo, na própria lógica das políticas habitacionais e na sobreposição do interesse de mercado em detrimento do real interesse das populações pobres. Como bem afirma uma residente no bairro há trinta anos:

⁷ Para obter mais informações sobre o IBEU, acesse:
<http://ibeu.observatoriodasmetrololes.net/dados-ibeu-global/>

Minha filha, eu vejo a gente como grandes escravos desses políticos, eles fazem da gente o que querem, olha essa gente que mora ai dentro (ela aponta na direção dos condomínios), não são escravos? Fazem o que querem com a gente. Vieram pra cá, pagam uma casa, um monte de conta para viver num bairro desses... Vê a minha casa, olha esse esgoto aqui na porta! Construíram esse monte de casa aqui em frente, mas esqueceram das melhorias para os antigos, construíram casas para vir mais gente pra cá e é só chover que a merda entra aqui dentro... Se a gente não se reúne e faz as melhorias aqui, ninguém vem! (senhor T, moradora antiga do bairro há 30 anos)

Outra questão, que com o passar dos anos, vem se mostrando mais evidente é a baixa qualidade das unidades habitacionais. Após cinco anos os moradores reclamam de rachaduras, da lama nos espaços de passagem do condomínio. Durante a realização da pesquisa, no mês de dezembro de 2017, ao chegar à localidade observei um caminhão que fazia asfaltamento em frente ao condomínio de um dos entrevistados. Segundo depoimento desse morador, não melhorou nada nesse tempo:

hoje estão colocando uns asfaltos aqui, mas foi muita briga, até RJTV(telejornal da TV Globo) apareceu e estão fazendo por conta disso. A Globo vem e eles aceleram algumas coisas, são 5 anos pedindo asfalto aqui”(senhora C, síndica de um dos condomínios).

Outro fator de descontentamento é com relação ao transporte, dificuldade ainda sentida no caminho até o campo e ainda mais pelos moradores que enfrentam diariamente tais dificuldades. Vindo do centro do bairro de Santa Cruz onde existe a linha e a estação de trem, só é possível chegar à Estrada dos Palmares através de transporte ilegal (Kombi) e de uma única linha de ônibus, a 809, que faz o trajeto Campo Grande x Jesuítas e demora de 30 a 45 minutos, sem horário certo para passar. Os moradores antigos já reclamavam dessas questões e, hoje, tal situação se torna ainda mais grave com as transformações que vem ocorrendo. Sobre isso, a senhora C. afirmou enfaticamente:

Aqui é só van, tem o bus 809 que vem lá do centro, mas passa uma vez a cada 6 meses de tanto que demora, aí tem que ficar a mercê das vans, que ainda são irregulares. Tem gente que anda até Brasil (importante avenida que corta bairros da zona norte zona oeste), de tanto que a condução demora, ai quando chega lá o ônibus ainda não passou. São dois ônibus. Se você for trabalhar, tem que marcar direitinho a hora e mesmo assim corre o risco de se atrasar, pois não tem hora para passar. A van tem hora que para, pois quando tem operação do Detro elas não rodam, pois não são legalizadas.Sempre foi assim...Não roda van, não roda nada. Às vezes tem caso de morador passar mal e ir pegar o transporte e demora a passar, e ter

que implorar para quem tem carro levar...um absurdo. Se tiver que morrer, a gente morre aqui, se depender de sair rápido para ser atendido!

Em uma das idas ao bairro em dezembro de 2017⁸, houve uma grande operação do Departamento de Transportes Rodoviários (Detro)⁹e, logo depois, por mando de grupos de milicianos, segundo alguns moradores, algumas vans foram incendiadas e muitas pessoas ficaram só com a opção legal, porém precária e demorada, da linha 809. Outra questão muito observada nesse retorno ao bairro foi o grande número de ônibus da Secretaria Municipal de Educação. Segundo a síndica, estes ônibus são uma das coisas que não se pode reclamar, circulam com efetividade durante os horários de entrada e saída da escola e levam as crianças para as escolas do bairro de Santa Cruz, uma vez que apenas duas escolas, como foi colocado acima, não dão conta da nova população. No entanto, o grande número de transporte que garante o ir e vir das crianças e adolescentes não garante a boa qualidade. Segundo a síndica de um dos condomínios a questão do ensino é a grande reclamação dos pais, muitos falam que os filhos vão todos os dias para a escola e não sabem ler e escrever:

Educação? Filha, vou te falar, as escolas que colocaram aqui são péssimas, tem a da Cidade das Crianças, que era um clube e construíram as escolas na Cidade das Crianças, mas como são muitas e as salas ficam cheias elas nem aprendem. Por isso que passa esse grande número de ônibus... que levam elas para a Cidade das Crianças e para Santa Cruz. Tem uma obra de uma escola que ficaram de fazer, mas não vingou as obras essas seriam as escolas do amanhã, mas não sai do papel.(C. síndica do empreendimento)

É importante frisar que a Cidade das Crianças é um equipamento criado na época do governo César Maia, com o intuito de promover um espaço de lazer integrado para a população da zona oeste. O equipamento fica a mais de 30 minutos de distância dos condomínios e é necessário pegar o ônibus já referido nesse trabalho, ou seja, na época da chegada da população o mesmo ainda era indicado como uma alternativa ao lazer, mesmo já sofrendo com o abandono das gestões municipais que passaram. Agora o mesmo é

⁸ Tal visita ocorreu em 06/12/2017, ao chegar ao centro do bairro de trem e descer para pegar o ônibus e ficar a espera por mais de 45 minutos da linha ou da van me foi informado da situação de conflito que estava acontecendo. Desta forma esperei mais alguns minutos até que enfim, passou o 809, totalizando uma hora e cinco minutos de espera. Entre a população que subiu para o ônibus imperava o descontentamento e, sobretudo, o cansaço entre estudantes, idosos e mulheres com compras e bebês.

⁹ A fiscalização do Detro acontece em parceria com a secretaria municipal de transporte, geralmente com a presença de guardas municipais e policiais militares para combater o transporte irregular e acontece com frequência na região.

utilizado como área onde se encontram as escolas e a parte de lazer encontra-se funcionando de forma precária.

Sobre a segurança no bairro, que na chegada dos moradores foi marcada pelo mando e desmandos dos grupos de milicianos, agora, já estabelecidos, observam-se, a partir do contato feito com um morador antigo, que os mesmos, atualmente, não se fazem tão presentes quanto antes. Observa-se isso também nas incursões realizadas pelo bairro, que em 2012, eram sempre questionadas/ observadas por alguns “olheiros” do referido grupo. Agora nas recentes observações percebe-se que as tensões anteriores não estão mais presentes. Um dos moradores chegou afirmar que o comércio local já foi assaltado algumas vezes e deu indícios que os grupos não estão tão presentes na localidade:

Aqui não está muito seguro, essa semana mesmo o mercado foi assaltado, dois homens armados, foi uma tensão só, os caras de antigamente não fazem mais a segurança no bairro, estamos meio abandonados. A polícia a gente chama e não vem se acontece uma confusão, a síndica liga logo, mas eles não vêm. (senhor J. morador reassentado)

Ainda sobre a falta dos aparatos de segurança, a senhora C. nos relatou:

Poxa, está tendo muito assalto, se você for andando com a bolsa mais para baixo, corre o risco de ficar sem ela... Para os lados da Doca (lado da estrada do Aterrado Leme, onde tem mais condomínios do PMCMV) é pior. Não tem ronda policial aqui, a gente chama e eles não aparecem, nem eu como síndica chamando eles aparecem. Digo isso, pois sempre que tem qualquer violência dentro dos condomínios eu não me meto, prefiro chamar a polícia.

Sobre o fato de a síndica chamar a polícia, existe um cartaz na porta do condomínio pedindo que os moradores chamem a polícia e não a síndica para resolver acontecimentos de brigas, discussões etc, conflitos, segundo ela, devido o fato das pessoas “carregarem a favela nas costas” estigma ainda muito evocado pelos moradores antigos e pelos síndicos dos condomínios. Aliado a isso ainda percebemos o fator de produção/ reprodução do estigma por parte dos antigos, como veremos a seguir.

3. A RELAÇÃO ENTRE OS NOVOS E ANTIGOS MORADORES

A vida dentro desses espaços não tem sido fácil, fato já apontado pelas bibliografias que tratam desta temática e os trechos de entrevistas que vimos até aqui, mas além das questões apontadas, continua chamando atenção a relação dos antigos moradores com os novos e também dos síndicos que ainda se utilizam de termos como “favelados”, “bichos”,

para se referir à dinâmica de convivência/ organização dentro dos condomínios e na localidade.

No último ano só teve uma reunião de condomínio, agora quando tem alguma coisa a ser dita eu faço um papel e colo lá na porta. É isso que eu faço como síndica, não tem mais o que fazer, as pessoas daqui não querem pagar nada, são faveladas, carrega a favela nas costas, as crianças ficam igual bicho aqui dentro. Acham que todo o cuidado do condomínio cai do céu... ai você olha em volta e vê tudo ai assim, sem jardim, sem coisas pintadas. (senhora C. síndica)

Aqui era muito bom, ficava com a minha cadeirinha e as vizinhas iam se chegando, quando via a calçada estava cheia. Agora, com essa gente desconhecida, é impossível, dá medo deles passarem e perceberem o que tem dentro de casa. As minhas amigas também pensam assim, fica todo mundo desconfiado desse povo do condomínio. (senhora F. moradora antiga da localidade)

Em uma das idas à localidade, dentro no ônibus, uma jovem, ao ser perguntada¹⁰, em que ponto fica melhor para descer nos condomínios afirmou, “você vai pra lá? Cuidado, se não for encontrar ninguém, cuidado!” , quando indagada do porque tamanha apreensão a mesma reiterou: “ Aqui em Santa Cruz se a gente diz que mora perto dos condomínios as pessoas já olham diferente, no meu trabalho quando digo que moro no Jesuítas me perguntam logo se é no condomínio...”

Já algum tempo as ruas vêm se tornando inóspitas e perigosas, o apelo da televisão, as novas tecnologias e o fator insegurança fazem com que os espaços privados sejam mais utilizados que os espaços da rua. Mesmo assim, na localidade, percebe-se que esses hábitos vêm sendo rompidos não só pelas mudanças na sociedade, no âmbito tecnológico e do mundo do trabalho, mas que tais transformações, que individualizam e afastam os moradores de seus hábitos, geram a tensão entre os novos e antigos moradores na localidade supracitada.

3.1. Os estabelecidos e os outsiders

Atenho-me, aqui, à discussão feita por Elias e Scotson(2000) a partir de uma pesquisa sobre uma cidade inglesa de nome fictício (Winston Parva), que aponta tensões entre os dois grupos de moradores – estabelecidos e outsiders – antigos e novos moradores

¹⁰ Sempre nas idas a campo, utilizo como estratégia puxar algum tipo de conversa com a pessoa que está ao meu lado no ônibus, trem ou van. Geralmente quando perguntados sobre o ponto dos condomínios as pessoas falam de modo a reproduzir alguns estigmas e diferenciações com os residentes do PMCMV.

no caso de Santa Cruz. De um tipo peculiar, tais tensões chamam atenção não pelas diferenciações relacionadas a renda, etnia, educação, mas pelo tempo de moradia. Os moradores antigos, que residem próximos aos condomínios, assim como na cidade inglesa, atribuem valor elevado aos padrões, às normas e ao estilo de vida, sendo que os moradores novos, os outsiders, eram vistos como uma ameaça a essa ordem. Essa visão levava os velhos residentes a achar que qualquer contato entre eles, qualquer tipo de convivência, fosse acabar com essa ordem, que reduziria o prestígio da localidade de Winston Paiva, e no caso estudado, da localidade de Santa Cruz(Estrada dos Palmares).

Tais tensões aparecem em cada fala, em cada contato com os residentes antigos, assim sendo, podemos destacar semelhanças na referida área com a comunidade inglesa, como os autores pontuam:

Em Winston Parva esse problema apresentou-se com particular intensidade, pois a maioria das explicações atuais sobre os diferenciais de poder não era aplicável à situação constatada. Os dois grupos, como já afirmei, não diferiam quando a sua classe social, nacionalidade, ascendência étnica ou racial, credo religioso ou nível de instrução. A principal diferença entre os dois grupos era exatamente esta: um deles era um grupo de antigos residentes, estabelecido naquela área havia duas ou três gerações, e o outro era composto de recém- chegados. A expressão sociológica desse fato era uma diferença acentuada na coesão dos dois grupos. (ELIAS E SCOTSON, 2000. p)

Mesmo tendo passado alguns anos, desde a constatação deste tipo de diferenciação, em contato com antigos moradores ainda é presente nas falas dos mesmos:

Ainda lembro o dia que eles vieram pra cá, foi uma bagunça, uma gritaria, soltaram até fogos, tinha uns que traziam som ligado, lembro que entrei correndo dentro de casa. Hoje em dia eu continuo sem deixar minha filha ir dos lados dos condomínios, acho perigoso, muitos vieram da favela e parece que ainda estão com ela nas costas. (senhora F. moradora antiga)

Outra fala que chama atenção, é o uso da expressão Carandiru¹¹, para se referir ao condomínio de reassentados.

O povo do Carandiru é muito mal educado, passando pela porta do condomínio a gente vê que é o mais bagunçado, é tanta criança que meu Deus, já fui lá tentar ajudar, levei um monte para a igreja, pois tem atividade para as crianças, chegando lá fizeram uma bagunça. O pessoal ficou assustado, nem levei mais... isso é falta de educação

¹¹ Casa de detenção paulista que ficou internacionalmente conhecida pelo massacre que ocorreu em 2 de outubro de 1992 com 111 presos vitimados.

dos adultos, ninguém ali tem educação, ai as crianças ficam assim.
(senhora P. moradora antiga)

Eu entrego muitos materiais de construção naquela rua em frente o Carandiru, tem muita gente construindo casa, fazendo reforma aqui na área, o povo do Carandiru tem que se portar-, pois o bairro está crescendo (Fala do vendedor da loja de ferragem)

Ainda sim, mesmo dentro do condomínio, há um choque mesmo entre os novos moradores. O senhor J., morador novo, deseja sair para ter uma vida mais tranquila, diz que gostou do bairro, mas a vida entre as pessoas dentro do condomínio tem causado descontentamento como já foi exposto anteriormente:

A convivência aqui é bem difícil, as pessoas querem brigar, tem uns que ainda falam de facção, essas coisas parecem que saiu da favela, mas trouxe-a junto, ai fica difícil... É muito chato viver assim, com um monte de gente sem educação, que não respeita o outro, acha que é o dono do pedaço. A favela ficou lá atrás, aqui a gente precisa se unir e participar das reuniões, pagar taxa de condomínio para trazer melhorias e depois desses anos aqui ainda tem gente que não se adaptou e atrapalha quem que viver direito, por isso eu quero vender e comprar uma nova casa. (senhor J. morador novo)

Conclui-se, a partir dessas falas, que as favelas são, ainda hoje, vistas como espaços germinadores da violência e de atitudes que não condizem com as normas. A palavra, quando evocada pelos moradores, carrega consigo, uma série de preconceitos e estereótipos que são produzidos/ reproduzidos mesmo entre os moradores que não possuem diferenciação quanto à renda e cor, por exemplo, “estigmas e estereótipos que marcaram as populações pobres e seus espaços de moradia ao longo de mais de um século.” (PERLMAN, 1977). Preconceito e estigma são dois aspectos dessa relação entre estabelecidos e outsiders, “está associado muitas vezes, a um tipo específico de fantasia coletiva criada pelo grupo estabelecido. Ela reflete e, ao mesmo tempo, justifica a aversão – o preconceito – que seus membros sentem perante os que compõem o grupo outsiders.” (ELIAS E SCOTSON, 2000, P. 35)

Esses fatores fragmentam e individualizam as relações no bairro. De um lado os antigos residentes e do outro os novos, ambos enfrentam os impactos da política habitacional, mas durante as observações e contato com os moradores percebemos que poucos associam essas mudanças ao caráter segregador das políticas públicas, em

principal, da política habitacional. Esse se torna um caráter bem perverso dos impactos das políticas, pois os antigos moradores veem os novos, esse “outro”, como algo que está acabando com a ordem do espaço, a culpa é desse desconhecido, desse morador de favela. Há um processo de culpabilização e individualização do problema territorial aprofundado pela política habitacional fragmentada.

É importante ressaltar que tal diferenciação é acentuada pelo caráter desigual com o qual as políticas públicas são estruturadas para esses segmentos. Como consequência, acaba que o estranho, o outro, é o inimigo a ser combatido. Dentro dessa lógica outra questão, como a mobilização social para a melhoria das condições de vida, vai se tornando difícil e contribui para que processos reivindicatórios, que poderiam ser uma saída para melhorias para todo bairro, sejam inexistentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, percebe-se que o Programa Minha Casa Minha vida, tem impactado a vida dos novos e antigos moradores da localidade, aprofundando as desigualdades intraurbanas e tensionado a relação entre os cidadãos. Tal análise provoca uma atenção maior dos profissionais envolvidos nas políticas públicas direcionadas ao urbano, em principal, aos envolvidos no Planejamento Urbano e Regional e os governantes. Pensar a política para além de construções e de cifras monetárias é o grande desafio em tempos de descontinuidade de direitos que impacta, ainda mais, as condições de vida dos pobres urbanos.

Novos e antigos moradores não são inimigos, na verdade, são vítimas de uma política segregadora e desigual, na qual visa afastar os mais pobres das regiões centrais e confinando-os em localidades sem infraestrutura, rompendo/ transformando os vínculos identitários, afetivos e vicinais.

Muito ainda é necessário dizer sobre os caminhos que o Programa tem seguido e impactado na vida dessas pessoas, dada à complexidade que permeia as questões postas nesse artigo. Tendo a clareza da impossibilidade de tomá-las como esgotadas e conclusivas. Mesmo porque, pensado em sua dinamicidade e nas vidas que pulsam no presente bairro, a partir de cada fala, fato, nas lutas travadas de forma cotidiana, nas suas estratégias de enfrentamento como também em sua passividade e cansaço frente aos golpes históricos que enfrentam cotidianamente.

A realidade exposta nos faz ter um novo olhar sobre os impactos sociais desta política. Outras localidades também vêm enfrentando esses problemas, onde hierarquias

estão surgindo e discriminando e até criminalizando, tornando todos, estabelecidos e outsiders, ainda mais vulneráveis. É necessário pensar a política pública a partir das populações mais pobres frente aos interesses do capital, caso contrário, continuará, na ordem do dia, a reprodução de desigualdades e estigmas em larga escala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Tainá de P. **A Relação entre os novos e antigos moradores num sub-bairro periférico: notas sobre política habitacional, segregação e preconceitos.** Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. **Relatório final de avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: impactos urbanos e sociais.** INCT Observatório das Metrôpoles, Rio de Janeiro. 2015.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders.** Zahar, 2000.

IBEU. **Observatório das Metrôpoles.** Disponível em: <http://ibeu.observatoriodasmetrosoles.net/dados-ibeu-global/>. Acesso em 21 janeiro de 2018.

HELLICH, Raquel. F. F. **Formalidade Habitacional e a reprodução informal da vida. Estudo sobre o conjunto Habitacional Parque Valdariosa I, II e III, Queimados, RJ.** Instituto de Política Pública e Planejamento Urbano. Rio de Janeiro, 2017.

MAIA, Rosemere Santos. **Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares.** DOI: 10.5212/Terra Plural. v. 6i2. 0010. Terr@ Plural v. 6, n. 2, p. 339-352, 2012.

_____. **ENTRE A MAJESTADE E O CAOS: história, cultura e cotidiano de uma área periférica da cidade do Rio de Janeiro** (entre majesté et chaos. histoire, culture et quotidien d' un quartier périphérique de Rio de Janeiro). **Revista Mercator**, 2008, v. 7, n. 13, p. 59 a 69

PERLAMAN, Janice E. **O Mito da Marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SHIMBO, Lúcia. **Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2012.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza.** Brasiliense, 1985.